

## A pirataria virou crime organizado

Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin é Deputada Federal pelo estado do Amazonas e Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Bio-pirataria

16/Janeiro/2005

*Para combater a pirataria é necessário uma ação maior de repressão e uma campanha educativa. A análise é da deputada federal Vanessa Grazziotin, do PC do B do Amazonas. Com a autoridade de quem coordena a Frente Nacional de Combate a Pirataria no Congresso Nacional, a deputada avalia que o problema de produtos piratas tem reflexo não apenas na economia, mas também na saúde da população, que sofre com a "biopirataria". "O crime é internacional. Não temos mais o pirata do Brasil. Não há aquela pessoa que copia marca, bolsa. Virou crime organizado. São organizações criminosas que atuam em todos os países", destaca. Inclusive, os governos latino-americanos farão uma grande frente de combate a pirataria. Já tramita no Parlamento Latino-Americano o projeto de uma Lei Marco sobre o assunto. "A pirataria deixou de ser um crime nacional. O problema é de todo nosso continente", destaca a deputada. Ela observa que o Brasil é muito mais "receptor" do que produtor e cita a China como o principal "pólo emissor" de produtos falsificados. Na sede do Parlamento Latino Americano, em São Paulo, a deputada federal Vanessa Grazziotin concedeu a seguinte entrevista a TRIBUNA DO NORTE:*

**- Como será a ação comum entre os países da América Latina para combater a pirataria?**

**Deputada Vanessa** - Já apresentei o anteprojeto. Estamos no início de um debate importante. O Parlamento Latino-Americano já tem aprovado diversas Leis Marcos (leis diretrizes) com relação a direitos humanos, direitos do consumidor, meio ambiente, por exemplo. Mas a questão de pirataria é muito nova. É um crime que não é mais nacional, é um problema que acontece no mundo e principalmente no nosso continente. Esse é um problema interligado. A Lei Marco servirá de orientação para todos os países membros do Parlatino. Todos temos legislações que dizem respeito à propriedade do direito intelectual, mas são legislações que precisam ser atualizadas. Aproveitamos a necessidade premente para fazer essa legislação.

**- Como a senhora analisa que pode ocorrer esse combate à pirataria no continente?**

**Deputada Vanessa** - O crime é internacional. Não temos mais o pirata do Brasil. Não há aquela pessoa que copia marca, bolsa. Virou crime organizado. São organizações criminosas que atuam em todos os países. Nosso problema está muito interligado. Precisamos atualizar a legislação no que diz respeito a como encarar o crime. Hoje em dia temos a mesma pena para quem comete esse crime e aquele que faz parte de uma organização criminosa internacional. Nós queremos que a Lei seja inovadora e ajude o País. O Brasil carece de atualizar a sua legislação. E não só no aspecto de tipificar o

crime, mas no aspecto de harmonizar a legislação. Temos problemas em relação ao Paraguai, que é porta de entrada de produtos pirateados. Mas não há regra em relação à questão aduaneira. Estamos propondo isso. Além disso, há a legislação em si. Foi aprovada uma declaração onde sugerimos a harmonização da legislação, de ações que devam ser desenvolvidas no país, desde a campanha educativa até troca de informações dos sistemas de inteligência.

**- Com a pirataria estão se formando grandes “grupos empresariais”?**

**Deputada Vanessa** - Sim. Mas pelo que detectamos até agora, nem mesmo o Paraguai é grande produtor. Somos receptores. Vem de todo lugar. A China é o grande país. Mas a Europa também produz. O Brasil produz (pirataria) em pequena quantidade. Somos mais receptores que produtores. Isso é ruim porque as economias dos nossos países perdem muito, são empregos que deixamos de gerar. No Brasil grande parte da indústria de brinquedo fechou as portas porque não conseguiu competir. Estamos agora fechando a indústria fonográfica. E quando falamos dessa indústria não estamos defendendo o direito da gravadora, mas o direito, principalmente, do artista. E 80% da audiência no Brasil é de músicas brasileiras, nacionais. É um problema grave que precisa ser enfrentado. O Parlatino já se convenceu disso. Há consciência de abordar mais esse problema.

**- Onde está a falha no combate à pirataria no Brasil?**

**Deputada Vanessa** - A gente avançou muito nos últimos anos. O problema do Brasil é grave e a cada ano se agrava mais. O Governo está sensibilizado para combater o problema. A partir de 2003 formamos uma CPI e esse ano formamos uma Frente Nacional de Combate à Pirataria na Câmara dos Deputados. Eu coordeno essa frente. Mais de 200 deputados aderiram. É uma frente muito operosa. Aprovamos no plenário do Senado dia 3 de dezembro como o nacional de combate à pirataria e biopirataria. Essa data é um marco para levar reflexão maior, fazer ações conjuntas. A gente tem procurado trabalhar nesse aspecto. Não temos no Brasil campanha educativa. Temos que conscientizar o consumidor. 20% dos medicamentos comercializados são piratas. Trabalhamos com caso de pessoas que perderam a visão porque usaram esse tipo de medicamento. Em hospitais pessoas morrem por conta disso. O cigarro e bebida também têm muita pirataria. É preciso uma campanha educativa, mas também é necessário melhorar as ações de repressão do Governo.

**- Essa melhoria na ação de repressão passa por uma Polícia Federal mais atuante?**

**Deputada Vanessa** - Sem dúvida. Falo que conquistamos alguns avanços, como é o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, que congrega não só o Governo, mas também a sociedade organizada, entidade que luta no combate à pirataria. O Conselho tem feito uma frente, melhorou a ação de repressão, mas está longe de ser a boa. Essa é uma luta cotidiana. Nunca vamos nos livrar das ações de piratas e falsificadores.

**- A senhora também participa da Comissão de Direito do Consumidor do Parlamento Latino Americano e nessa ótica está satisfeita com o direito do consumidor brasileiro?**

**Deputada Vanessa** - Acho que temos legislação modelo para o mundo, legislação que protege o direito do consumidor. O problema é a prática. Mas se percebermos temos

organização estatal que está muito avançada em comparação a outros países. Temos Procons em todo Estado. Temos Ministérios Públicos estaduais que tratam de forma coletiva o direito do consumidor. Temos aparato forte. O que precisa é garantir, dar a possibilidade de acesso da população a esses órgãos.

**- Mas nos Procons os líderes de reclamações são as empresas concessionárias de serviços públicos. Onde está a falha?**

**Deputada Vanessa** - Aí entramos numa questão que precisa ser revolvida pelas agências reguladoras. Elas são pouco valorizadas. Eu mesma, no ato da sua criação, fui contra porque elas (as agências reguladoras) surgiram junto com o processo de privatização. Mas foram criadas e o Governo tem que garantir a essas agências estrutura e condições para ter funcionamento autônomo para responder aos anseios da população. Travamos uma luta grande para essas agências terem autonomia financeira. Pego como exemplo a ANP. Aquela que está responsável para fiscalizar postos de gasolina. Como a população sofre comprando produto adulterado. Muitas dessas agências têm orçamento próprio, mas o Governo contingencia. Não dá pra ser assim.

**- E como melhorar as agências reguladoras?**

**Deputada Vanessa** - Há um estudo dentro do Governo para reestruturar. Mas, mesmo sem essa reestruturação, basta dar melhores condições de funcionamento para as agências melhorarem.

**- Como representante da região Norte no Congresso, a senhora considera viável o projeto de desenvolvimento da região que tenta ser implantado pelo governo federal?**

**Deputada Vanessa** - Norte e Nordeste são regiões desfavorecidas. O desenvolvimento é viável e necessário. Acho que o governo deu uma grande contribuição com a retomada da Sudam e da Sudene. Não que seja a única forma de desenvolver as regiões, mas é uma boa forma e bom caminho. O projeto está emperrado na Câmara dos Deputados por uma disputa que envolve governo federal e União. A gente critica muito, as medidas provisórias, mas aqueles que têm urgência ficam parados por problema político. O país não tem como avançar se não pensar em uma política forte de desenvolvimento regional, em pensar acabar com as desigualdades regionais. A partir de 2003 Lula deixou de forma clara a intenção de reduzir a desigualdade, da intenção para prática temos um longo caminho a percorrer. O problema é econômico. Se não há mais recursos para investir nestas regiões é por conta de uma política que impede que o governo invista em infra-estrutura. Tudo que precisamos é de investimento na infra-estrutura. O Nordeste deu provas que é viável, basta que tenha projetos de irrigação. Basta que sejam adotadas medidas para avançar. A Amazônia é vista como um problema. Ela não é problema, é solução. Na Amazônia temos uma capacidade natural pra atender à necessidade de geração de energia no país inteiro. Somos ricos na biodiversidade, mas falta investimento.